



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 18 de janeiro de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na segunda-feira	Capital de giro Na segunda-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,52% São Paulo	103.779 12/01 13/01 14/01 17/01	R\$ 1.212	Na segunda-feira R\$ 5,527 (+0,24%)	R\$ 6,302	6,76%	9,73%	Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73

FUNCIONALISMO

Prova de força entre servidores e governo

Categoria inicia mobilização e promete paralisar as atividades, hoje, em busca de aumento de até 28% nos salários

» FERNANDA STRICKLAND
» LUANA PATRIOLINO

A primeira de três paralisações de servidores públicos, marcada para acontecer hoje, será um teste para avaliar a força do funcionalismo no embate com o governo por recomposição salarial. Liderado por representantes da elite do funcionalismo, o movimento cobra aumento de até 28,15% nos contracheques e ganhou força após o presidente Jair Bolsonaro prometer verba apenas para corrigir os vencimentos de policiais.

De acordo com estimativa do Ministério da Economia, cada 1% de reajuste salarial implica aumento de R\$ 3 bilhões nas despesas. Assim, caso a reivindicação seja atendida, o custo para os cofres públicos seria de R\$ 84,45 bilhões por ano. O Orçamento de 2022 prevê apenas R\$ 1,7 bilhão para reajustes salariais — exatamente o dos policiais, base política de apoio do presidente.

Os atos de hoje foram inicialmente convocados pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que reúne grupos de auditores fiscais da Receita, servidores do Banco Central, diplomatas e outros. Na última sexta-feira, a mobilização recebeu o reforço do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef), que representa leque mais amplo de carreiras, inclusive aquelas com menores salários, e promete participar do ato.

Atos

As manifestações estão marcadas para começar às 10h desta terça-feira na frente do Banco Central e continuar às 14h no Ministério da Economia. O Fonacate espera participação de, ao menos, 29 categorias, segundo levantamento atualizado na noite de ontem.

Os fóruns e associações que organizam o ato representam 1,2 milhão de servidores em todo o país. A expectativa, segundo líderes sindicais, é de que a mobilização seja a maior desde 2015. O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, explicou que considera esse momento decisivo para o início da luta do funcionalismo por aumento de salários. “A mobilização começa agora, mas só se encerra com a recomposição salarial”, afirmou.

Greve geral

Segundo Marques, o principal objetivo dos atos de hoje é abrir um canal de discussão com o governo. “Depois, a mobilização prossegue para que nós tenhamos uma primeira proposta de recomposição. Se isso não ocorrer até a primeira semana de fevereiro, vamos avaliar a possibilidade de uma greve geral do serviço público”, afirmou.

O cientista político Nauê Bernardo destacou que a unidade da categoria, que será colocada à prova hoje, é parte integrante da busca por recomposição salarial. “Isso pode ser o início de uma mobilização para exigir melhorias a um eventual novo governo”, disse. Bernardo observa que a greve é ruim para o governo federal. “Ela força uma tomada de decisão e gera uma crise a partir de uma medida que visava beneficiar a base do governo. Atrai a contrariedade da opinião pública em um momento já tenso e impacta a prestação de serviços aos cidadãos”, avaliou.

“Vamos ter um momento artístico para abrir a mobilização”, ironizou o presidente do Fonacate. “Estamos levando bonecos com a caricatura do ministro da Economia, Paulo Guedes, em alusão aos milhões de dólares que ele tem em paraísos fiscais.” Segundo Rudinei Marques, o movimento tem adesão expressiva de carreiras dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Breno Fortes/CB/D.A. Press



Rudinei Marques, presidente do Fonacate: “O movimento só vai acabar quando houver recomposição salarial”

» Volta ao trabalho remoto na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou ontem que, devido ao aumento dos casos de covid-19, a Casa voltará a adotar o modelo de trabalho remoto para os funcionários. Em princípio, segundo ele, a medida vai durar até o carnaval. O Congresso está em recesso legislativo até o fim do mês, mas há profissionais de áreas técnicas e administrativas que seguem trabalhando presencialmente.

“Estarão conosco os analistas de comércio exterior; servidores do Itamaraty; especialistas em políticas públicas e gestão governamental; auditores fiscais e agropecuários; auditores e técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tesouro Nacional; oficiais da inteligência; servidores das agências reguladoras; funcionários do Banco Central; servidores da Comissão de Valores Mobiliário (CVM); peritos federais agrários; e servidores da Superintendência de Seguros Privados (Susep)”, listou Marques.

Dentro do movimento, há percepções diferentes sobre o movimento. Dirigentes da Condsef disseram que pretendem

entregar, no Ministério da Economia, uma reivindicação de reajuste emergencial de 19,99% — o que corresponde à inflação dos três anos de governo Bolsonaro. Caso a reivindicação não seja aceita, a ideia é deflagrar greve a partir de 14 de fevereiro — com o restante do funcionalismo público, que planeja cruzar os braços de forma generalizada.

Diálogo

O secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo da Silva, ponderou que a intenção da entidade é esgotar todas as tentativas de diálogo antes de partir para uma greve. “Queremos dialogar antes

de ir para o conflito. Até agora, o governo não sinalizou pelo diálogo. Nós temos um prazo que vai até 3 de abril, e acreditamos que, até lá, temos como instituir um consenso. Caso não tenha retorno, vamos nos reunir no dia 27 e depois declarar greve a partir de 14 de fevereiro”, disse.

“Estamos construindo as etapas até para não ter ilegalidade. A Justiça pede isso. A gente só pode deflagrar uma greve quando o diálogo for esgotado. Esperamos que o governo tenha disposição para nos ouvir. Foi isso que construímos na sexta-feira. Esse dia 18 vai ser um dia nacional de luta e esperamos construir uma plataforma de diálogo”, reiterou Silva.

COMBUSTÍVEIS

Senado vai debater ICMS na gasolina

» CRISTIANE NOBERTO
» BERNARDO LIMA*

Senadores reagiram à provocação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e já pautaram para o retorno dos trabalhos, em fevereiro, propostas para baixar os preços do gás, do diesel e da gasolina. O líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), anunciou, ontem, um acordo com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para a votação de projetos que tratam do tema.

“O Senado vai votar um conjunto de medidas que pode baixar em até R\$ 20 os valores do gás de cozinha, e em até R\$ 2 a R\$ 3 o preço da gasolina e do diesel,

num prazo de 40 dias após sua aprovação. As propostas devem ser examinadas pelo plenário na primeira quinzena de fevereiro”, escreveu Prates no Twitter.

Está sobre a mesa o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/21, que prevê valores fixos do ICMS-substituição relativo ao diesel, etanol hidratado e à gasolina. A proposta é criticada pelos governadores, que temem perda de receita com o ICMS, principal fonte de arrecadação dos estados. Também deve entrar na pauta o Projeto de Lei (PL) 1472/21, que dispõe sobre diretrizes de preços para diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo — GLP, cria Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui

ED ALVES/CB/D.A. Press



Um dos projetos prevê tributação fixa para conter aumentos

Imposto de Exportação sobre o petróleo bruto.

Jean Paul Prates também usou as redes sociais para repudiar declarações de Arthur Lira, feitas no domingo, insinuando que o Senado não avançou com a matéria. Para

o Líder da Minoria, “é no mínimo um equívoco do presidente da Câmara querer atribuir ao Senado a responsabilidade pelo preço absurdo dos combustíveis. É o Senado que está trabalhando em uma solução completa para pôr fim a essa

escalada que tanto penaliza os brasileiros.”, afirmou.

Propostas

Anderson Cardoso, advogado tributarista e sócio do escritório Souto Correa, explica que a primeira proposta prevê a incidência do imposto por unidade de medida adotada, ou seja, por quantidade do produto. “Essa revisão não incide mais pelo valor da mercadoria, o que se mostra eficaz para não haver impactos especificamente do ICMS no caso de variação de preços, inclusive em decorrência do câmbio. Contudo, não é suficiente para evitar que as variações nos combustíveis ocorram”, ressaltou.

Segundo o advogado, o ICMS contribui para agravar o impacto da alta dos preços de combustíveis, mas não é o motivador do problema. “O governo federal deveria instituir um fundo para reduzir a oscilação dos preços dos

combustíveis no país. Esse fundo arcaria com a diferença de valores quando os preços superassem determinado patamar. Com isso, efetivamente solucionaríamos o problema”, afirmou.

Por outro lado, o professor de finanças do Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais, William Baghdassarian, avalia que a proposta aprovada pela Câmara no ano passado pode ter efeito contrário, aumentando o valor do ICMS, por calcular o tributo com base no preço médio da gasolina dos últimos dois anos. “Por exemplo, agora que o preço da gasolina começou a cair, o ICMS ficaria ainda maior. Se você travar nos últimos dois anos, como prevê o projeto, que foi aprovado no pico do preço da gasolina, você torna o imposto maior, não menor”, explicou.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo